

Crise entra em nova fase

Washington (do correspondente) — O congelamento pelo governo brasileiro de 15 bilhões de dólares em linhas de crédito a curto prazo de mais de 600 bancos credores está sendo visto nos Estados Unidos como sinal de que a crise da dívida entrou numa nova fase.

— Os devedores estão endurecendo sua posição, achando que podem impor uma solução. Isso implica prejuízos para nós. Vamos resistir porque temos a obrigação de defender os interesses de nossas instituições — afirmou um banqueiro americano.

Nas últimas semanas, o Equador suspendeu pagamentos de juros da dívida de longo prazo aos bancos, o Brasil fez a mesma coisa na sexta-feira passada, o governo argentino passou a ameaçar medida semelhante caso não receba 2,5 bilhões de dólares de novos empréstimos dos bancos e o México demonstrou que está perdendo a paciência com seus credores quando, cansado de esperar já por cinco meses, deu um prazo até 20 de março para que mais de 100 bancos, que ainda não o fizeram, assinem logo seu pacote de financiamento.

Para alguns analistas, essa série de

medidas dos governos latino-americanos indica que os limites políticos da austeridade estão chegando ao fim, exigindo uma abordagem nova para o problema da dívida. A principal proposta para essa nova é a apresentada pelo senador democrata americano William Bradley, segundo o qual, a solução é o perdão parcial da dívida.

Uma proposta intermediária, vista como a última grande esperança "semi-ortodoxa" para a crise, seria uma substituição da dívida por participação acionária em empresas. Segundo esse esquema, um milhão de dívida duvidosa poderia ser trocado por 70 milhões (no caso do Brasil) de participação acionária em empresas governamentais ou privadas escolhidas pelo credor.

Sem rejeitar essa proposta intermediária, banqueiros que negociam com países latino-americanos dizem que a proposta do senador Bradley é absurda porque o resultado mais provável seria o fechamento por muitos anos das portas dos bancos aos países cuja dívida for perdoada. Eles também argumentam que cada país devedor é diferente e deve ser tratado separadamente segundo seus méritos.